

Carlos Gabriel
Guimarães

O rendimento da capitania do ouro

Tomando como termo de comparação os rendimentos das capitanias do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, observa-se uma tendência de crescimento das receitas da capitania de Minas Gerais no período. Este estudo toma como base documentos inéditos encontrados no Arquivo Histórico do Tribunal de Contas de Lisboa.

> O presente trabalho tem como objetivo comparar o rendimento das capitânicas de Minas Gerais e outras, no período 1795-1800, a partir de documentação inédita encontrada no Arquivo Histórico do Tribunal de Contas de Lisboa (AHTC), *Cartórios Avulsos*, caixa 77, com os mapas demonstrativos das receitas e despesas que tiveram as capitânicas de Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e outras.

A década de 1790 e a questão envolvendo as receitas da capitania de Minas Gerais foram trabalhadas de forma pioneira por Kenneth Maxwell e, mais recentemente, por Ângelo Carrara e Cláudia Chaves. Por meio de extensa documentação primária, principalmente o documento *A Relação dos Rendimentos desta Capitania de Minas Gerais desde os seus descobrimentos* por Carlos José da Silva,¹ Kenneth Maxwell construiu uma tabela da receita total da capitania de Minas Gerais, a partir da soma das receitas dos dízimos e das entradas. Ângelo Carrara, a partir da documentação de Maxwell e de novos documentos encontrados na Casa dos Contos e outros arquivos, mediu a receita, aproximando-se das estimativas de Maxwell, e também destacou a heterogeneidade da produção regional da capitania de Minas Gerais.

A documentação encontrada, embora restrita aos seis últimos anos do século XVIII (1795-1800), difere não só dos números de Maxwell, como também permite comparar os rendimentos das principais capitânicas do Império português na América, a saber: Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco e Minas Gerais. Portanto, por meio da comparação dos rendimentos, poderemos compreender melhor a situação de Minas Gerais na conjuntura pós-Inconfidência Mineira, no período de ascensão de dom Rodrigo de Sousa Coutinho, principalmente a partir de 1796, quando se tornou ministro do

Ultramar, ou seja, responsável pelos assuntos coloniais do Império português.

A década de 1790 e Minas Gerais

A análise sobre a conjuntura econômica, social e política da colônia portuguesa na América no último quarto do século XVIII é bem conhecida.² Em se tratando da capitania de Minas Gerais, o trabalho pioneiro de Kenneth Maxwell³ destacou a conjuntura crítica mineira e sua relação com o reformismo ilustrado português. Mais recentemente, os trabalhos de Ângelo Carrara, Carla Almeida, Mônica Ribeiro de Oliveira e Cláudia Graças Chaves,⁴ enfatizando a dinâmica interna e a diversidade regional mineira colonial, mostraram a importância da capitania no Império português.

A década de 1790, particularmente no período de dom Rodrigo de Souza Coutinho, quando à frente do Ministério da Marinha e do Ultramar, 1796-1801, foi um período importante na tentativa de implementar reformas no Império português, o que incluía mudanças na relação metrópole-colônia. No famoso texto apresentado à Junta de Ministros, *Memória sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América* em 1798,⁵ que, para Maria de Lourdes Viana Lyra, constituiu-se num programa de reformas com o intuito de preservar não só a unidade imperial, mas fundar um novo império,⁶ dom Rodrigo de Souza Coutinho deixava clara sua intenção de discutir

[...] os objetos da fazenda, seja dos domínios ultramarinos em geral, seja daquela da capitania de Minas Gerais, que mais principalmente deve ser o objeto da discussão.⁷

As preocupações de dom Rodrigo de Souza Coutinho não eram novidade. Segundo Maria de Lourdes Viana Lyra, desde o período pombalino⁸ e da Viradeira,⁹ principalmente com a criação da Academia Real das Ciências de Lisboa, em 1779,

[...] coloca-se como iniciativa emblemática de um esforço de sistematização das reflexões individuais (que traduziam, evidentemente, variadas linhas do pensamento ilustrado) e delineamento de um programa integrado de reformas a ser executado pelo governo.¹⁰

Em 1794, sob influência direta dos escritos do abade Raynal,¹¹ o bispo José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho publicou *Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal e suas colônias*,¹² em que chamava a atenção de vários pontos para a superação da crise do Império português. Futuro bispo e criador do Seminário de Olinda e um dos intelectuais mais próximos de dom Rodrigo de Souza Coutinho, José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho destacou a necessidade de uma nova relação entre Portugal e suas colônias, particularmente com o Brasil, propondo desde modificações no sistema de tributação, abolindo os sistemas de contratos e exclusivos, até a permissão de manufaturas no Brasil.¹³ Para o futuro bispo de Olinda, tais modificações possibilitariam o aumento das rendas de Portugal.

Retornando ao texto de dom Rodrigo de Souza Coutinho, José Luis Cardoso destacou a importância dada pelo ministro ao saneamento financeiro do império, incluindo Portugal e suas colônias. Para tanto, além de promover em Portugal (metrópole) uma maior racionalidade no tocante às receitas e despesas, envolvendo, por exemplo, a criação de um banco,¹⁴ era fundamental “dotar o Brasil de uma estrutura econômica e financeira modernizada e devidamente adaptada às necessidades do modelo de desenvolvimento português”.¹⁵

Entretanto, para a realização de tal propósito, era necessário adotar medidas “que punham em risco certas prerrogativas do regime colonial mercantilista”. Entre essas medidas, que afetariam e promoveriam reformas no sistema de tributação no Brasil, teríamos: redução dos direitos de entrada e isenção para vinhos, azeite, aço, ferro e manufaturas do reino; supressão e redução de direitos sobre a entrada de escravos; abolição do regime de exclusivos e de contratos monopolistas (designadamente do sal e da pesca da baleia) e sua transferência para a administração da Coroa; redução da metade do quinto do ouro.¹⁶

Embora não sendo efetivado face às reações em Portugal e no Brasil, principalmente no tocante às mudanças do sistema de tributação, envolvendo os contratos e exclusivos dos contratadores,¹⁷ o programa de reformas preconizadas por dom Rodrigo de Souza Coutinho vinha ao encontro da queda das receitas da sua principal colônia, e particularmente da capitania de Minas Gerais. Kenneth Maxwell, a partir das receitas dos dízimos e das entradas, constatou uma queda da receita total da capitania de Minas Gerais desde a década de 1760 até 1800.¹⁸ Embora as receitas dos dízimos e das entradas variassem, analisando a Tabela 1, no tocante ao período 1790-1800, podemos verificar uma diminuição da receita total a partir de 1794, que acompanhou a queda mais brusca das receitas das entradas.¹⁹ Ainda em relação à Tabela 1, verificamos uma melhora na receita total em 1799, graças ao aumento das receitas das entradas. No ano seguinte, em 1800, novamente a receita total caiu. A explicação para a queda da receita total da capitania, segundo Ângelo Carrara, estava na acentuada queda da produção agrícola e pecuária nas freguesias das zonas mineradoras desde 1750, que fez reduzir as receitas dos tributos dos dízimos e das entradas.²⁰ É importante destacar que, segundo o mesmo autor, outras freguesias, particularmente as da Região Sul, face à articulação com o Rio de Janeiro, tiveram um crescimento dos tributos.²¹

Para dimensionar a queda das receitas, é necessário ir além dos discursos das autoridades. Infelizmente, não foi possível verificar as receitas do Império português, se é que existe um documento oficial,²² para dimensionar as receitas de Minas Gerais. Portanto, compará-la com as demais capitanias da principal colônia portuguesa, particularmente as mais importantes como Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco, constitui-se numa metodologia de pesquisa fundamental. É o que faremos a seguir.

Novos números de Minas

Pesquisando no Arquivo Histórico do Tribunal de Contas de Lisboa, encontramos uma documentação que, embora conste dos cartórios avulsos, acreditamos que fazia parte da Fazenda Real. Trata-se de um conjunto de “Mappas demonstrativos de receitas e despesas” de várias capitanias do império, alguns abrangendo o período 1790-1800 e outros relativos a 1795-1800.²³

Dos mapas, que são tabelas, constam nove colunas, a saber: “Anos; Rendimentos próprios da capitania em cada ano; Empréstimos feitos á real fazenda e outras entradas que não são rendimentos; Total das entradas em cada ano; Despesa anual; Dívidas ativas; Dívidas passivas; Sobras remetidas para Lisboa; e Remanescentes que ficaram na capitania”. É importante ressaltar que, no tocante às linhas, além dos anos referidos, temos uma linha que trata dos “rendimentos médios dos ditos anos” e uma referente ao último ano que tem a seguinte observação: “Rendimento do dito ano combinado com a média, e tudo o mais como se declara nos competentes livros”.²⁴

Com todo problema que tal documentação pode gerar, seja por ser oficial, seja por não especificar as fontes de onde os dados foram retirados, acreditamos que se trata de uma documentação importante e inédita.²⁵

Analisando o *Mapa demonstrativo de receita e despesa da capitania de Minas Gerais*, constatamos que os valores dos rendimentos próprios da capitania de Minas Gerais, Tabela 2, coluna 1, não só eram diferentes dos apresentados por Kenneth Maxwell, como também eram maiores (Tabela 2, Gráfico 2).

Além dos valores divergentes, em alguns anos quase o dobro, o movimento de declínio e elevação das receitas da capitania de Minas Gerais também difere. Na Tabela 2, coluna 1, o declínio ocorre de 1795 até 1797, aumenta em 1798 e volta a cair em 1799. Na Tabela 1, a receita declina de 1795 para 1796; aumenta em 1797; volta a cair em 1798, aumenta em 1799; caindo novamente em 1800. No tocante a esse último ano, face à observação do mapa, ficou a dúvida se tal rendimento consiste na soma dos valores do rendimento do ano mais a média dos anos anteriores. Portanto, a comparação não pode ser feita.

Com relação ao ano de 1800, no próprio mapa há uma observação que deve ser levada em conta, ao se comparar o referido ano com a média dos rendimentos de 1795-1799: “o dito aumento deve do mayor preço a que tem subido os Contratos e rendimentos daquela capitania”.²⁶ Embora do mapa não conste que tributos e contratos aumentaram, consoante com Carrara, acreditamos que o aumento da produção de determinadas freguesias, como a da comarca do Rio das Mortes, proporcionou um aumento dos tributos e, com isso, um aumento da receita.²⁷

Além das receitas, as despesas (coluna 4) da capitania chamaram a atenção. Semelhante às receitas (coluna 1), no tocante ao aumento e diminuição, as despesas foram maiores do que as receitas, com exceção

de 1797. Somente juntando as receitas com os “empréstimos feitos à Real Fazenda e outras entradas que não são rendimentos” (coluna 2), ou seja, o “total das entradas” (coluna 3), foi possível à receita superar a despesa.

Outros pontos de destaque foram as dívidas, as sobras remetidas para Lisboa e o que ficou na capitania. No tocante às primeiras, as dívidas ativas da capitania de Minas Gerais foram maiores do que as dívidas passivas. Em outras palavras, a capitania tinha a receber mais do que a pagar. Quanto às remessas para Lisboa, nada consta e, por último, os “remanescentes que ficaram na capitania” variaram no período, sendo o de maior valor o de 1797, que era de 125:398\$024 (cento e vinte e cinco contos e trezentos e noventa e oito mil e vinte e quatro réis).

Para se ter uma ideia das receitas e despesas da capitania de Minas Gerais, foi necessário fazer uma comparação com as receitas e despesas de outras capitanias e as escolhidas, por sua importância econômica e política, foram Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco (Tabelas 3, 4 e 5, respectivamente).

Comparando as receitas das capitanias (colunas 1 das Tabelas 2, 3, 4 e 5) entre os anos de 1795 a 1799,²⁸ que estão graficamente representadas no Gráfico 3, em ordem crescente estavam as capitanias do Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais e Pernambuco. É interessante destacar que, em 1799, Pernambuco teve receita maior que Minas Gerais e esta, em 1795, teve receita superior à da Bahia.

No tocante às despesas, as da capitania do Rio de Janeiro assemelharam-se às de Minas Gerais, ou seja, as despesas (coluna 4) foram maiores do que as receitas da capitania (coluna 1). Quanto às despesas da Bahia, somente a de 1795 foi inferior à receita. Já em Pernambuco,

diferentemente das demais, as receitas (coluna 1) foram superiores às despesas e a única exceção foi a despesa do ano de 1798. Portanto, consoante com os mapas, para superar as despesas, as capitanias da Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais tiveram de somar nas receitas “os empréstimos feitos à Real Fazenda e outras entradas que não são rendimentos” (coluna 2).

Outro dado interessante de comparação foi o das “sobras remetidas para Lisboa”. Somente a capitania de Pernambuco fez remessas para Lisboa, com variações e tendência de queda, após um aumento em 1796. Como, em relação às outras capitanias, não constam os valores de tal coluna, acreditamos que não houve remessa, levantando a hipótese de que as divisas ficavam nas próprias capitanias, vindo de encontro à questão da circulação da moeda colonial, como se refere Maria Bárbara Levy.²⁹

Infelizmente, não foi possível comparar as dívidas ativas e passivas das capitanias. Do mapa da capitania do Rio de Janeiro, não constam dados nas colunas de dívidas ativas e passivas. Dos mapas das capitanias da Bahia e de Pernambuco, constam somente as dívidas ativas e foi importante observar que, no caso de Pernambuco, embora declinando, os montantes eram elevados. Portanto, somente no mapa da capitania de Minas Gerais foi possível, como dito anteriormente, constatar que esta tinha mais a receber do que a pagar.

Considerações finais

A proposta deste trabalho foi a de comparar os mapas das receitas e despesas da capitania de Minas Gerais com os mapas das capitanias da Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco, como também com a tabela das receitas da capitania feita por Kenneth Maxwell.

Com todos os problemas que envolvem tais comparações, ficou evidente que houve um declínio da receita da capitania de Minas Gerais na maior parte do período, diferentemente do que ocorreu nas outras capitanias, principalmente na Bahia e Rio de Janeiro. No caso da Bahia, as análises de Stuart Schwartz e de B. J. Barrickman ajudam a explicar a melhora da conjuntura econômica baiana no período, que se reflete nas receitas da capitania.³⁰ Para o Rio de Janeiro, João Fragoso e Jobson Arruda, com toda a diferença desses autores no tocante aos respectivos modelos explicativos para a economia colonial, destacam a crescente importância da capitania, refletida nas suas receitas e despesas apresentadas no mapa.³¹

No tocante à capitania de Pernambuco, após a queda das receitas de 1797 e 1798, houve um aumento considerável em 1799, caindo em 1800, porém, com valor muito superior aos anos de 1797 e 1798. A melhora de Pernambuco estava relacionada ao açúcar e, principalmente, ao algodão. Dom José Nabuco de Araujo, em carta a dom Rodrigo de Souza Coutinho, relatava que o aumento da produção de algodão “quase se compara [em valor] ao açúcar e todos os outros produtos juntos”.³²

Finalizando, como destacado no texto, existem diferenças nos valores apresentados no mapa da capitania de Minas Gerais, comparando-se com a tabela de Maxwell. Infelizmente, não foi possível destacar que livros ou documentos a Fazenda Real utilizou para construir o mapa. Isso, porém, não invalida a análise e, consoante com a historiografia sobre a economia mineira do século XIX, a tendência das receitas da capitania (e depois da província) foi de crescimento.

Notas |

1. BNLCF, códice 643, ff. 204-218.

2. Existe uma extensa bibliografia sobre esse período. Embora divergindo no tocante ao quadro teórico-metodológico, destacamos NOVAIS, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1995. ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980. FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995. FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.

3. MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal 1750-1808*. Tradução de João Maia. 3 ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995 (capítulos 7 e 8). A respeito dos intelectuais ilustrados e o reformismo, cf. também NOVAIS. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*, capítulo 4, e DIAS, Maria Odila. Aspectos da Ilustração no Brasil. *Revista do IHGB*, v. 278, p. 100-170, jan.-mar. 1968.

4. CARRARA, Ângelo Alves. *Agricultura e pecuária na capitania de Minas Gerais (1674-1807)*. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho. *Homens ricos, homens bons: produção e hierarquia em Minas Colonial*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780/1870*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999; CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Paradoxo da colonização: a formação do mercado interno numa economia colonial*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000.

5. A respeito deste texto e sua relação com a economia política, conferir CARDOSO, José Luis. Nas malhas do império: a economia política e a política colonial de d. Rodrigo de Souza Coutinho. In: CARDOSO, José Luis (Org.). *A economia política e os dilemas do império luso-brasileiro (1790-1822)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001. p. 79-91.

6. LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso império: Portugal e Brasil - bastidores da política, 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

7. LYRA. *A utopia do poderoso império*, p. 66.

8. A respeito do reformismo pombalino, cf. FALCON, Francisco Calazans. *A época pombalina (política econômica e monarquia ilustrada)*. São Paulo: Ática, 1982 (cap. 6); MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996 (cap. 5).

9. Novos trabalhos têm revisto o período de d. Maria I, destacando a continuidade em relação ao período pombalino anterior. Cf. CASTRO, Zília Osório. Poder régio e os direitos da sociedade: o “Absolutismo de compromisso” no reinado de D. Maria I. *Ler História*, v. 23, p. 11-22, 1992.

10. LYRA. *A utopia do poderoso império*, p. 42.

11. RAYNAL, Guillaume-Thomas François (Abade Raynal). *O estabelecimento dos portugueses no Brasil*. Tradução de Mônica F. C. Campos

de Almeida e Flávia Roncarati Gomes. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Brasília: Ed. da UnB, 1998. (cap. XXV-XXX). Esse livro é a tradução do *Livro nono da história filosófica e política das possessões e do comércio dos europeus nas duas Índias*, publicado a partir de 1770.

12. COUTINHO, José Joaquim da Cunha Azeredo. *Obras econômicas de J. J. da Cunha Azeredo Coutinho*. Apresentação de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966. A respeito do pensamento econômico do bispo, criador do Seminário de Olinda, cf. NEVES, Guilherme Pereira das. Guardar mais silêncio do que falar: Azeredo Coutinho, Ribeiro dos Santos e a escravidão. In: CARDOSO (Org.). *A economia política e os dilemas do império luso-brasileiro*, p. 15-62.

13. LYRA. *A utopia do poderoso império*, p. 45; CARDOSO (Org.). *A economia política e os dilemas do império luso-brasileiro*, p. 92.

14. CARDOSO (Org.). *A economia política e os dilemas do império luso-brasileiro*, p. 86-87

15. CARDOSO (Org.). *A economia política e os dilemas do império luso-brasileiro*, p. 91.

16. CARDOSO (Org.). *A economia política e os dilemas do império luso-brasileiro*, p. 84-85. MAXWELL. *A devassa da devassa*, p. 238-239.

17. NEVES, Guilherme Pereira das. Conflitos e interesses na cidade colonial: Rio de Janeiro, 1800. In: *Anais da X Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, Curitiba, 1991, p. 133-138; MAXWELL. *A devassa da devassa*, p. 256-262. A respeito do papel dos contratadores e dos contratos no sistema de tributação colonial, cf. AMED, José Fernando; NEGREIROS, Plínio José Labriola de Campos. *História dos tributos no Brasil*. São Paulo: Edições Sinafresp, 2000, p. 105-121. ARAUJO, Luiz Antonio. *Contratos e tributos nas Minas Setecentistas: estudo de um caso – João de Souza Lisboa (1745 – 1765)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

18. MAXWELL. *A devassa da devassa*, p. 281-282 (anexo A).

19. A respeito dos tributos das entradas, cf. AMED; NEGREIROS. *História dos tributos no Brasil*; CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes: mercadores das Minas Setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999 (caps. 3 e 4).

20. CARRARA, Ângelo Alves. A capitania de Minas Gerais (1674-1835): modelo de interpretação de uma sociedade agrária. *História Econômica História de Empresas*, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 58, 2001.

21. CARRARA. A capitania de Minas Gerais, p. 58.

22. Lendo a bibliografia sobre o assunto, não existe uma contabilidade nacional para o império colonial português. As dificuldades de se obter dados confiáveis impossibilitam a construção de tal contabilidade.

23. AHTC, Cartórios Avulsos, caixa 77. *Mapas demonstrativos da receita e despesa que tiveram as capitanias do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, São Paulo, Maranhão, Pará, Minas Gerais. Goiás, Moçambique, Goa, Ilhas dos Açores, Ilha da Madeira*.

24. AHTC, Cartórios Avulsos, caixa 77. *Mapas demonstrativos da receita e despesa que tiveram as capitanias do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, São Paulo, Maranhão, Pará, Minas Gerais. Goiás, Moçambique, Goa, Ilhas dos Açores, Ilha da Madeira*.

25. Um dos nomes que constam dos “mappas” é o de Theotônio Roiz (Rodrigues) de Carvalho. A única informação que tenho sobre ele é que fora “Contador Geral da África Occidental, Bahia e Suas Dependências”. *Revista do Arquivo Público de Pernambuco*. Pernambuco: APE, 1947, p. 191.

26. AHTC, Cartórios Avulsos, caixa 77. *Mapas demonstrativos da receita e despesa que tiveram as capitanias do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, São Paulo, Maranhão, Pará, Minas Gerais. Goiás, Moçambique, Goa, Ilhas dos Açores, Ilha da Madeira*, p. 7.

27. CARRARA. A capitania de Minas Gerais, p. 8.

28. Em virtude da constatação de que apareceram observações nos dados de 1800 nas capitanias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, preferimos não compará-los com Bahia e Pernambuco.

29. LEVY, Maria Bárbara. Elementos para o estudo da circulação da moeda na economia colonial. *Estudos Econômicos*, v. 13, n. especial, 1983.

30. SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. Tradução de Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges e revisão do autor. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

31. FRAGOSO. *Homens de grossa aventura*. ARRUDA. *O Brasil no comércio colonial*.

32. D. José Joaquim Nabuco de Araujo para D. Rodrigo de Souza Coutinho, secretário colonial. Recife, 16 de novembro de 1799, AHU, PA/Pernambuco, maço 21. Citado por ALDEN, Dauril. O período final do Brasil Colônia, 1750-1808. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina: a América Latina Colonial*. Tradução de Mary Amazonas Leite e Magda Lopes. São Paulo: Edusp; Distrito Federal: Fundação Alexandre de Gusmão, 1999. v. 2, p. 566.

Carlos Gabriel Guimarães é professor associado do Departamento de História e mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História Econômica (USP/FFLCH) e pós-doutor pela Universidade de Lisboa. É pesquisador do CNPq e do Pronex *Dimensões da Cidadania*. Tem vários artigos e capítulos publicados em livros nacionais e estrangeiros. Foi presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE).

Tabela 1 | RECEITA TOTAL DA CAPITANIA DE MINAS GERAIS (1790-1800)

Ano	Dízimos	Entradas	Receita total
1790	75.947	122.593	246.343
1791	76.269	134.547	257.422
1792	77.067	129.256	253.276
1793	72.819	139.879	259.654
1794	72.811	124.401	243.551
1795	72.831	118.676	238.031
1796	73.104	98.971	218.247
1797	73.118	117.038	237.370
1798	72.971	101.600	224.522
1799	73.525	121.298	241.363
1800	73.665	121.037	238.578

Fonte: MAXWELL. *A devassa da devassa*, p. 281-282.

Tabela 3 | MAPA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS DA CAPITANIA DA BAHIA (1795-1800)

Anos	Rendimentos próprios da capitania	Empréstimos feitos à Real Fazenda e outras entradas que não são rendimentos	Total das entradas em cada ano	Despesa anual	Dívidas ativas	Dívidas passivas	Remanescente que ficou na capitania
1795	389:649\$526	33:285\$960	422:935\$486	318:367\$237	35:616\$290	-	104:568\$249
1796	435:122\$655	120:207\$790	555:330\$445	473:467\$693	34:861\$254	-	81:862\$752
1797	387:763\$790	189:757\$653	577:521\$443	504:777\$270	33:254\$710	-	72:774\$172
1798	432:427\$247	97:779\$294	530:206\$541	418:538\$420	187:961\$041	-	111:668\$121
1799	465:249\$416	105:113\$704	570:363\$120	478:104\$993	184:489\$755	-	92:258\$127
1800	489:555\$803	131:175\$208	620:731\$011	502:971\$135	145:810\$925	-	117:759\$876

Obs.: 1) O mapa abrange o período de 1790 a 1801. Foram selecionados os anos de 1795 até 1800.

2) Como o rendimento médio trata de 1790-1800 e o último ano é de 1801, as linhas desses dados foram retiradas.

3) Não consta a coluna "Sobras remetidas para Lisboa".

Fonte: AHTC, Cartórios Avulsos, caixa 77, p. 3.

Tabela 2 | MAPA DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA DA CAPITANIA DE MINAS GERAIS (1795-1800)

Anos	Rendimentos próprios da capitania	Empréstimos feitos à Real Fazenda e outras entradas que não são rendimentos	Total das entradas em cada ano	Despesa anual	Dívidas ativas	Dívidas passivas	Sobras enviadas para Lisboa	Remanescente que ficou na capitania
1795	443:811\$043	72:334\$023	516:145\$066	495:169\$575	56:619\$288	1:819\$552	-	78:349\$644
1796	377:043\$437	33:379\$867	410:423\$304	425:085\$676	42:324\$041	2:080\$762	-	63:687\$272
1797	299:112\$063	52:135\$733	351:247\$798	289:557\$044	51:425\$668	3:830\$642	-	125:398\$024
1798	402:795\$483	88:079\$768	490:875\$253	522:299\$614	59:394\$907	2:535\$901	-	93:973\$663
1799	293:578\$914	96:827\$611	390:406\$523	385:945\$688	120:579\$671	1:813\$043	-	98:434\$500
Total	1.816:340\$944	342:757\$002	2.159:097\$946	2.118:037\$597	290:343\$575	12:079\$900	-	459:843\$103
Rendimento médio nos ditos anos	363:268\$188	68:551\$400	431:819\$588	423:067\$519	58:068\$715	2:415\$980	-	91:968\$620
Rendimento de 1800*	484:968\$768	99:357\$753	584:326\$521	583:889\$466	132:135\$104	2:535\$108	-	98:871\$555

Fonte: AHTC, Cartórios Avulsos, caixa 77, p. 7.

* combinado com a média e tudo o mais, como se declaram nos competentes livros.

Tabela 4 | MAPA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS DA CAPITANIA DO RIO DE JANEIRO (1795-1800)

Anos	Rendimentos próprios da capitania	Empréstimos feitos à Real Fazenda e outras entradas que não são rendimentos	Total das entradas em cada ano	Despesa anual	Dívidas ativas	Dívidas passivas	Sobras enviadas para Lisboa	Remanescente que ficou na capitania
1795	458:116\$474	21:530\$109	479:646\$589	445:719\$217	-	-	-	180:556\$679
1796	457:732\$585	21:653\$034	479:385\$619	413:920\$341	-	-	-	246:001\$957
1797	480:862\$404	250:661\$656	731:524\$060	836:847\$104	-	-	-	140:678\$913
1798	473:055\$074	292:490\$118	765:545\$192	790:565\$860	-	-	-	115:658\$245
1799	509:164\$694	124:783\$099	633:947\$793	575:724\$903	-	-	-	140:065\$935
Total	2.378:931\$231	711:118\$016	3.090:049\$247	3.062:777\$425	-	-	-	822:941\$729
Rendimento médio nos ditos anos	475:931\$231	142:223\$603	618:009\$849	612:555\$485	-	-	-	164:588\$345
Rendimento de 1800*	519:932\$082	163:716\$403	683:648\$485	637:468\$989	-	-	-	186:245\$836

Fonte: AHTC, Cartórios Avulsos, caixa 77, p. 2.

* combinado com a média e tudo o mais, como se declara nos competentes livros.

Tabela 5 | MAPA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO (1795-1800)

Anos	Rendimentos próprios da capitania	Empréstimos feitos à Real Fazenda e outras entradas que não são rendimentos	Total das entradas em cada ano	Despesa anual	Dívidas ativas	Dívidas passivas	Sobras remetidas para Lisboa	Remanescente que ficou no cofre
1795	240:305\$402	3:732\$125	244:037\$527	133:386\$126	261:482\$560	-	60:457\$618	50:193\$783
1796	279:786\$861	4:445\$498	284:232\$262	154:302\$965	257:974\$224	-	61:112\$493	68:816\$904
1797	261:096\$203	24:536\$233	285:632\$986	188:308\$777	261:344\$816	-	60:457\$618	36:866\$596
1798	178:634\$430	83:248\$607	261:883\$037	181:865\$140	185:511\$350	-	28:333\$334	51:684\$563
1799	346\$002\$000	38:673\$265	384:675\$265	247:296\$125	185:511\$350	-	92:581\$902	44:797\$238
1800	312:415\$998	25:852\$119	338:268\$117	232:535\$020	185:511\$350	-	60:457\$618	45:275\$479

Obs.: 1) O mapa abrange o período de 1791 a 1801. Foram selecionados os anos de 1795 até 1800.
 2) Como o rendimento médio trata de 1791-1800 e o último ano é o de 1801, as linhas desses dados foram retiradas.
 3) Não consta uma coluna com o título "Remanescente".
 Fonte: AHTC, Cartórios Avulsos, caixa 77, p. 4.

Gráfico 2 | COMPARAÇÃO DAS RECEITAS DA CAPITANIA DE MINAS GERAIS (1795-1799)



Gráfico 1 | RECEITA DA CAPITANIA DE MINAS GERAIS (1790-1800)



Gráfico 3 | COMPARAÇÃO DOS RENDIMENTOS DAS CAPITANIAS DE MG, RJ, BA E PE (1795-1800)

